

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

A TRAJETÓRIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSINHO POPULAR DO DOS
ESTUDANTES DA UFRN

JOSIMAR HUDSON DE LIMA MARANHÃO

NATAL - RN

2020

JOSIMAR HUDSON DE LIMA MARANHÃO

A TRAJETÓRIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSINHO POPULAR DO DOS
ESTUDANTES DA UFRN

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia Presencial do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Marisa Narcizo Sampaio.

NATAL

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Moacyr de Góes - CE

Maranhão, Josimar Hudson de Lima.

A trajetória político-pedagógica do cursinho popular dos estudantes da UFRN / Josimar Hudson de Lima Maranhão. - Natal, 2020.

49 f.: il.

Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Narcizo Sampaio.

1. Cursinhos Populares - Monografia. 2. Educação Popular - Monografia. 3. Movimentos Sociais - Monografia. I. Sampaio, Marisa Narcizo. II. Título.

RN/UF/BS/CE/Moacyr de Góes

CDU 37.014.2

JOSIMAR HUDSON DE LIMA MARANHÃO

**A TRAJETÓRIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSINHO POPULAR DO
DOS ESTUDANTES DA UFRN**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia do Centro de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia, sob orientação da Prof.^a
Dr.^a Marisa Narcizo Sampaio.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marisa Narcizo de Sampaio – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof. Dr. João Maria Valença de Andrade
UFRN

Prof. Dr. Wilson Elmer Nascimento
UFRN

DEDICATÓRIA

A todos que não desistem do sonho da formação acadêmica, mesmo diante dos fatores
sociais que os empuxam para o sentido contrário dele.

A minha família: Gilvânia Bandeira, minha esposa, e Paulo Augusto, meu filho.

Aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me proporcionou saúde e controle emocional para me manter focado e consistente nessa produção textual. Tenho certeza que sem Ele não conseguiria, a Ti toda Glória!

Agradeço a minha esposa, Gilvânia Bandeira, que abriu mão de trabalhar, logo aquilo que ela mais ama fazer. Ao meu filho, Paulo Augusto que sentiu minha ausência pelas madrugadas e manhãs, bem cedo. Foram muitas as vezes que ele acordava e perguntava pelo pai e ficava triste ou chorava quando tinha que deixá-lo com a avó. Irmã Francisca Alves, agradeço a ti também.

Por último e não menos importante, talvez, mais relevante que todos, sou grato a senhora, minha professora Doutora Marisa Narciso Sampaio, por te me abraçado em tempos de pandemia e compreendido minha realidade. Obrigado por fazer a diferença em minha vida, tornando-se uma pessoa que levarei no coração por toda minha existência. A senhora estará eternizada na Academia e na minha memória. Se esse “é seu trabalho”, parabéns por exercê-lo com tanta excelência!

RESUMO

Este trabalho consiste em um levantamento bibliográfico e documental da história do Projeto Cursinho Popular do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Cursinho do DCE-UFRN) que há mais de vinte anos vem atuando em Natal/RN e vem recebendo alunos/as da chamada Grande Natal – RN. A trajetória histórica do Projeto foi o objeto estudado para alcançar o objetivo de reconhecer suas raízes ideológico/educacionais, apresentar ações de outros cursinhos que juntamente com ele emergiram na década de 90 e discutir tais relações com a realidade política-educacional da atualidade. Com base nos estudos de Vanilda Pereira Paiva (1987), Maria da Glória Gohn (2017), Antônio Cabral Neto e Jorge Rodriguez (2007), Groppo, Oliveira; Oliveira (2019), em documentos de co-autoria do professor Dr. João Maria Valença de Andrade (et.al 2005; 2007) e alguns outros autores foi apresentado um recorte histórico contextualizado com as lutas, conquistas e movimentos em prol da Educação Popular dos anos de 1950 a 1990. A discussão feita expôs a relevância do Projeto para a comunidade acadêmica e potiguar, principalmente para a camada mais carente que ele alcançou como movimento social popular, junto a alguns outros cursinhos populares que também realizam tal labor educacional pelo Brasil a favor da democratização ao acesso as universidades.

Palavras-chave: Cursinhos Populares. Educação Popular. Movimentos Sociais.

LISTA DE ABREVIATURAS

CCSA: Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CE: Centro de Educação

CEAA: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CIENTEC: Feira de Ciências, Tecnologia e Cultura

CNER: Campanha Nacional de Educação Rural

CNEA: Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

COMPERVE: Comissão Permanente de Vestibulares

DCE: Diretório Central Dos Estudantes

EP: Educação Popular

EJA: Educação de Jovens e Adultos

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES: Instituição de Ensino Superior

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MASP: Museu de Artes de São Paulo

MCP: Movimento de Cultura Popular

MEC: Ministério da Educação e da Cultura

MEB: Movimento de Educação de Base

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização

PPP: Projeto Político Pedagógico

PROGRAD: Pró-reitoria de Graduação

PVNC: Pré-vestibular para Negros e Carentes

RN: Rio Grande do Norte

SIRENA: Sistema Rádio Educativo Nacional

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
I - As Lutas em Prol da Educação Popular.....	15
II- Trajetória e Marcos do Cursinho do DCE.....	33
Considerações Finais.....	44
REFERENCIAS	48

INTRODUÇÃO

O CURSINHO POPULAR DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFRN é um projeto de extensão chamado comumente de Cursinho do DCE, que atua na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN e iniciou suas atividades no segundo semestre de 1997 de forma organizada e constituinte. O Cursinho ao longo dos anos vem lutando pelos interesses educacionais e ao direito de acesso à UFRN da classe social menos favorecida, especificamente aos populares advindos do ensino médio da escola pública (a maior parte deles). Esta, devido à “ausência de uma educação fundamental pública de qualidade” (ANDRADE *et al*, 2005, p. 1) tem tido dificuldades de preparar a maioria da população para o ingresso na universidade e de acordo com o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP o ensino médio no Brasil não bate a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB desde 2013. Logo, um dos objetivos do Projeto é o preparo de qualidade (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007) para que a massa popular mais carente possa prestar uma boa prova para o antigo vestibular, hoje o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Diante dessa desigualdade de oportunidades na sociedade norte rio-grandense o Projeto Cursinho do DCE “é uma iniciativa de estudantes da UFRN que, partindo de experiências observadas em outras universidades, assumem a missão de colaborar com a democratização do acesso ao conhecimento” (COORDENAÇÃO, 2015, p. 1). Sua ação tem buscado inserir dentre os graduandos da UFRN a maior quantidade de populares possível e tem como seu maior objetivo:

Contribuir para a ampliação do acesso de jovens e adultos, em sua maioria, egressos da rede pública de ensino, com baixo poder aquisitivo, nas possibilidades de formação educacional oferecidas pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sejam essas de ensino técnico ou superior, em instituições públicas e privadas. (COORDENAÇÃO, 2015, p. 01)

Em função desses objetivos, o Cursinho do DCE, revela um interesse educacional voltado para a educação popular. Logo, por sua forma de atuar no campo da gestão (coordenação pedagógica) e na formação docente foi que surgiu meu interesse em aprofundar o conhecimento sobre ele neste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e também por ter

participado da história desse Projeto por quase três anos, claro que com uma colaboração mínima, em comparação com todos os anos e participantes que o Projeto já teve. É nessa perspectiva que grande parte desta atividade acadêmica será sobre a historicidade do Cursinho do DCE e a relação com as minhas experiências adquiridas nele.

Esta relação e experiências adquiridas no Cursinho do DCE se deram por ter sido membro de sua coordenação, atuando como Diretor de Ações Pedagógicas, de acordo com o Art.25 do Estatuto. Conforme descreve o Estatuto (Art. 28) o Diretor de Ações Pedagógicas tem a função de:

- I. Regulamentar e executar as deliberações da Assembleia Geral;
- II. Elaborar as demonstrações financeiras, relatórios de atividades e orçamento anual e apresenta-los na Assembleia Geral;
- III. Definir o modelo de gestão estratégica e estabelecer diretrizes fundamentais, apoiando a missão, visão e valores, promovendo o fortalecimento institucional do CURSINHO DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFRN;
- IV. Selecionar membros do CURSINHO DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFRN;
- V. Aceitar subvenções e legados;

Observem aqui mais uma contribuição do Cursinho: além do objetivo de contribuir para a maior inserção de jovens das classes populares na universidade, é um projeto de extensão que ajuda na formação dos graduandos da Universidade. Isso, por fazê-los exercer atividades dentro do seu campo de conhecimento. Como no meu caso, para participar da Diretoria Executiva (no cotidiano do cursinho ela é chamada de coordenação) é necessário ser graduando/a prioritariamente da Pedagogia. Mas também pode ser da Psicologia, Comunicação Social, Direito e Ciências Contábeis. No cargo de Gestão de pessoas e Qualidade, por exemplo, a seleção não exige curso específico.

Além dos que exercem a Direção do Cursinho do DCE, há também os/as incumbidos/as pelas das aulas, são os/as graduandos das licenciaturas da UFRN, selecionados de acordo com as disciplinas necessárias para atender a matriz do ENEM. Mais adiante neste trabalho, ao tratar sobre a trajetória e atividades do Cursinho, explico melhor sobre a estrutura organizacional dele e a relação desse desenvolvimento com minha formação profissional e como pessoa.

Uma situação desafiadora para um graduando é encontrar sentido e significado em seu desenvolvimento profissional. Eu os encontrei na Educação Popular e na luta pelo ingresso da camada de populares ao Ensino Superior em uma universidade pública que o Cursinho propõe. Observar e desenvolver ações pedagógicas, propor e praticar os conhecimentos adquiridos no curso de Pedagogia e usá-los para colaborar em um cursinho preparatório para alunos do Ensino Médio foram pontos cruciais para chegar a este tema. Embora não seja um objetivo explícito desse trabalho, desejo que, assim como minhas experiências no Cursinho do DCE deram nexos à minha atuação como pedagogo, que você, ao ler este texto, também seja incentivado a encontrar-se em seu curso, pois muitas vezes a escolha de um curso na universidade se dá por vontade alheia (dos pais, por exemplo) devido a nota no processo de admissão ou por pensar que o curso não era bem o que se imaginava. Logo, esta é a finalidade de uma atividade conclusiva de curso: encontrar-se naquilo em que foi demandado tanto esforço por alguns anos.

Retomando a tratar do Cursinho do DCE, ressalto que é para o discente da UFRN um núcleo de auxílio na constituição profissional e para a camada popular da sociedade potiguar uma expressão da necessidade de esforços pela educação do Povo, principalmente daquele que não está inserido na elite social. A história desse Projeto retoma concepções e entendimentos que estão marcados na História da Educação brasileira, principalmente entre as décadas de 1950 e 1990, em que lutas em prol da Educação Popular foram cruciais contra o analfabetismo e no apoio aos jovens que buscavam inserção educacional.

Apenas como um exemplo disso, com período um pouco anterior ao recorte citado, mas que considero relevante está na década de 1930, o marco chamado de Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Sua luta pela equidade e democratização brasileira pela educação ecoou ao longo das décadas, chegando até os anos de 1990, pois vejo que muitas de suas propostas e perspectivas só foram atendidas pela Lei 9.934/96, chamada de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB, que expressa o pleno direito de ensino e educação básica e de qualidade para todos. Claro que com a consolidação do neoliberalismo e as políticas privatistas, que marcaram essa última época citada, as divergências de interesses entre política e mercado versus militância em prol de uma educação de qualidade para as massas populares, foram extremas. Contudo, muito daquilo que Manifesto reivindicava para a camada popular foi atendido e vem sendo atendido pelo documento supracitado, pelo que considero, uma conquista para a educação brasileira.

Mais um exemplo está na década de 1960, no período que percorreu desde a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961 até a instauração do Golpe Militar em 1964 com

consequente Ditadura Militar (1964-1984), em que eram muitos os debates sobre o direito de voto ao analfabeto, com lutas e iniciativas pelo Movimento de Educação de Base – MEB¹. Via-se na Educação Popular um meio de avanço na luta de conceber a autonomia social do homem/mulher do campo, daqueles que vivenciavam o êxodo rural e migrava para a área urbana, por motivo do crescimento industrial da época proporcionada pelo governo anterior, do Pres. Juscelino Kubitschek. Este exerceu a presidência por um quinquênio (1956-1961) sob o lema “50 anos em 5” e ficou conhecido pela construção da cidade de Brasília, que ocorreu em abril de 1960, sob o plano piloto de Lúcio Costa e a arquitetura de Oscar Niemeyer. No tempo, isso gerou déficit para os cofres públicos, devido as despesas terem superado a arrecadação. Fora essa meta de desenvolvimento, as outras para os cinco setores (energia, transporte, indústria, educação e alimentos) não foram alcançadas, por motivo da forte oposição da base política vigente naquele período.

Tais embates, cada qual em seu tempo, relacionaram-se ativamente com conflitos do quadro político-ideológico do Brasil. Foi dentro desse contexto que nasceram vários cursinhos populares, dentre eles o Cursinho do DCE, com a finalidade de atender a necessidade das classes menos favorecidas terem maior oportunidade de entrar na universidade. Mediante essa realidade, o meu propósito é realçar o contexto e relevância para a educação norte-riograndense que o Cursinho tem com seu histórico de avanços, lutas e conquistas na Educação Popular, projetado pelo seu alcance em Natal/RN e nas cidades circunvizinhas do estado.

Em função da importância do Cursinho do DCE para a democratização da educação superior no RN, tenho como objetivos reconhecer suas raízes ideológico/educacionais, apresentar ações de outros cursinhos que juntamente emergiram na década de 1990 e discutir tais relações com a realidade política-educacional da atualidade. Para isso, a história do Projeto Cursinho Popular do Diretório Central dos Estudantes - Cursinho do DCE-UFRN – na UFRN, ao longo de seus vinte e três anos de atuação, é meu objeto de estudo no desenvolvimento desse trabalho.

Isso tudo, com alguns questionamentos em mente, tais quais: será que por todo esse tempo o Cursinho manteve-se coerente e contextualizado com a história da Educação Popular no Brasil? Quais são suas similaridades e divergências com outros cursinhos populares de igual luta? Que mudanças teve o Cursinho na sua estrutura e forma de atuação ao longo

¹ O Movimento de Educação de Base – MEB foi uma proposta lançada por meio do decreto n.º 50.370 de março de 1961 que determinou que o governo federal fornecesse recursos para a instalação de escolas radiofônicas por meio de transmissoras católicas. Este movimento era caracteristicamente de inspiração cristã, mas os objetivos catequéticos foram deixados de lado; pretendiam pela reflexão, planejamento e execução do MEB, realizar um trabalho de promoção humana através da educação do povo, sem propósitos evangelizadores (PAIVA, 1987, p. 223).

desses anos para continuar cumprindo seus principais objetivos? E, mediante tais mudanças, ainda está cumprindo-os ou sofreu algum desvio em sua missão, visão e valores?

Para a realização desse trabalho foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica e documental com busca no acervo da Biblioteca Central Zila Mamede da UFRN, na Biblioteca Eletrônica da SciELO, em revistas eletrônicas como Revista em Aberto, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, entre outras. Além de investigação na internet em diferentes sites (do INEP, do DCE e de outros Cursinhos), artigos enviados pela orientadora e documentos cedidos pela coordenação do Cursinho do DCE. O agrupamento desse material foi surgindo ao longo do processo de produção em que cada parte exigia certa temática.

Inicialmente o planejamento era ir periodicamente à biblioteca do Cursinho para consultar todo documento possível e preciso para essa produção. Mas, devido a pandemia de COVID-19 não foi possível acessar o espaço de secretária do Projeto. A Doença do Coronavírus ou COVID-19 foi uma pandemia que iniciou no final de 2019, na província de Wuhan, da China. O vírus chegou no Brasil nesse ano próximo ao período de Carnaval e perdurou por todo o ano. As principais formas de contágio dessa doença são o contato físico com superfícies contaminadas, como nossas mãos, e pelo ar, por meio de espirros ou tosse. Isso fez com que todos os estados decretassem o Lockdown, ou seja, o fechamento de tudo aquilo que não era considerado essencial e tudo que pudesse estimular aglomerações, como escolas e universidades. Sua transmissão por todo o mundo foi avassaladora e causou milhões de mortes, maioria delas das pessoas consideradas do grupo de risco (idosos, hipertensos, diabéticos, asmáticos, etc.). De acordo com o site oficial do Ministério da Saúde, aqui no Brasil, até o mês de novembro de 2020, foram registrados um pouco mais de 174 mil óbitos por causa dessa doença. Por esse motivo o Cursinho do DCE permaneceu quase todo o ano sem aulas presenciais. Logo, para maior parte dessa produção lancei mão prioritariamente de materiais digitais e do que a equipe da coordenação me enviava por e-mail. Esse trabalho foi desenvolvido em tempo médio de 01 (um) ano.

Tal esforço em produzir esse trabalho em meio a esse momento se dá por considerar relevante a ciência àqueles que fazem a educação potiguar que há um projeto de extensão em sua UFRN que dialoga com grandes expressões da educação brasileira. Por gratidão que tenho a este Projeto, bem como pelo interesse pessoal que tenho pela luta em prol da Educação Popular, considero muito importante que essa iniciativa seja amplamente conhecida. Se me fosse dado poder de executar, levaria esse projeto a todas as comunidades menos favorecidas da capital e cidades de interior do nosso estado!

Nesse processo de reconstrução da história do Cursinho do DCE, contei com reflexões e argumentos de autores que possuem representatividade no campo da educação popular. Vanilda Pereira Paiva (1987) com seu livro Educação popular e educação de adultos foram muito importantes no recorte, dos anos de 1950 até início dos anos de 1980, que apresento na primeira parte desse trabalho. Ainda na primeira parte do trabalho, na contextualização da Educação Popular nos anos de 1990, autores/as como Maria da Glória Gohn (2017), Antônio Cabral Neto e Jorge Rodriguez (2007) e Groppo, Oliveira; Oliveira (2019) reforçaram o assunto dos cursinhos populares e as abordagens sobre a Rede Emancipa Movimento Social de Cursinhos Populares. O documento Projeto Político Pedagógico do Cursinho do DCE – PPP (2007) e Documento da Apresentação em Mesa Redonda (2005), o primeiro de produção coletiva e o segundo de co-autoria e supervisão do professor Dr. João Maria Valença de Andrade, contribuíram para conhecermos melhor o início, trajetória e desdobramentos desse objeto de estudo. Há também outros artigos suplementares que foram referenciados direta e indiretamente sem tanta contundência. Mas, esses autores aparecem com maior evidência nessa atividade e esta se organiza sinteticamente na mesma ordem em que os doutores/as estão apresentados. Após a abordagem em torno dos propósitos dessa produção acadêmica, apresento as considerações finais.

I - As Lutas em Prol da Educação Popular.

A História do Cursinho Popular do Diretório Central dos Estudantes da UFRN como a maioria das histórias possui raízes, fundamentos e legados que reforçam sua identidade, visão e missão. A origem do Cursinho se deu com a percepção e necessidade de atender à camada popular e de resistir aos poderes que elitizam o acesso as universidades no Brasil. Essa ânsia de buscar uma educação de qualidade e para todos é uma constante dentro da História de Educação brasileira e principalmente da Educação Popular (EP). Demarcando apenas pontos cruciais dessa história, primeiro dos anos 1950 a 1980, observa-se interesses educacionais e lutas similares e que inspiraram posteriormente o início de diversos cursinhos populares, dentre eles o Cursinho do DCE, principalmente no tocante ao direito e acesso à educação de qualidade, nos anos de 1990. Sobre esse período, dentro das perspectivas da EP, a professora Maria da Glória Gohn (2017) relata:

A educação popular, no Brasil e demais regiões da América Latina, nos anos de resistência aos regimes militares e no período da transição à democracia, teve uma natureza essencialmente sociopolítica, porque era um instrumento de mobilização e organização popular. Esse período gerou, além de inúmeros movimentos sociais populares na sociedade civil, que tiveram um papel decisivo para a mudança do regime político vigente, uma série de técnicas e metodologias de trabalho de campo, de natureza ativa e participativa (GOHN, 2017, p. 18).

Identifica-se aqui o Cursinho do DCE como uma instituição de expressão dentro desses “movimentos sociais populares na sociedade civil”. A professora Vanilda Paiva (1987) é uma das pesquisadoras sobre a História da Educação Popular e uma das autoridades nesse assunto e seus estudos sobre essa construção histórica contribuiu para o nosso entendimento das relações de identidade do Projeto Cursinho do DCE nessa atividade acadêmica.

Em seu livro Educação popular e educação de adultos, quando ainda está abordando as hipóteses e categorias, Paiva (1987, p. 46) aponta Educação Popular como “a educação oferecida a toda a população, aberta a todas as camadas da sociedade. Para tanto, ela deve ser gratuita e universal”. A professora Paiva ainda narra “outra concepção da educação popular seria aquela da educação destinada às chamadas “camadas populares” da sociedade” [...] “ensino aos desvalidos”. Hoje esse entendimento se transformou. Compreende-se EP como um movimento teórico e prático caracterizado pela ação com as classes populares que surge

nos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos que lutam por igualdade em função dos contextos desiguais no nosso continente. Contudo, tais concepções e entendimentos dela em torno da Educação Popular são relevantes para podermos obter raiz em torno da ideia e observar as relações existentes com a história do Cursinho do DCE, já que isso tem muito a ver com a história dos cursinhos populares, e do Cursinho pautado nessa atividade, que são fruto de movimentos sociais de estudantes nas comunidades mais pobres.

De acordo com a professora Vanilda Paiva (1987), até a década de 1950 não foram muitos os avanços e as conquistas. Apenas um pouco antes, com os incentivos da Unesco “para que os países envidassem esforços no sentido da educação dos contingentes adultos” (p. 159) e após a Segunda Guerra Mundial (juntamente com os ideais democráticos da Nova Ordem Mundial) é que trouxeram “a baila o problema da educação das massas como instrumento de construção de uma sociedade democrática” (Paiva, 1987, p. 160). A partir desses marcos é que no Brasil ressurgem muitas questões do “entusiasmo pela educação” e práticas do “otimismo pedagógico” também são evidenciadas no campo educacional com ações e programas comunitários por meio de um “tecnicismo pedagógico” não escolar.

Libâneo (2013) aborda a tendência tecnicista, em suma, apontando que sua principal função é preparar mão-de-obra para a indústria, pois ela treina pessoas para alcançar metas. O conteúdo e a realidade do aluno é o que menos importa. A forma, método e a aplicação é o mais relevante no processo educativo. Logo, em um contexto de busca de novas tecnologias para o mercado de trabalho e para a mecânica social, a educação foi considerada “um recurso tecnológico por excelência” (LIBÂNEO, 2013, p. 3). Com isso, por toda década de 1950 buscava-se “encontrar novos métodos para a alfabetização da educação da população adulta, a fim de que ela pudesse tomar parte ativa na vida política do país” (Paiva, 1987, p. 250). Então, a também chamada Pedagogia Tecnicista surgiu como uma tendência de origem estadunidense que dominou no Brasil durante o período da Ditadura como uma maneira de atender “a promoção do homem”, este do campo. Por esse motivo é cogitado pela professora Paiva (1987) como “não escolar”.

É nesse contexto que o início dos anos 1950 contempla ao desenvolvimento dos programas de massa destinados à educação dos adultos e ao surgimento da Campanha Nacional de Educação Rural – CNER. Naquele momento os organismos internacionais recomendavam e orientavam no tocante à alfabetização de adultos e propunham um atendimento mais focado aos pobres, aqui seriam os das cidades de interior do País. Tudo indicava um crescimento expressivo da educação popular, principalmente no combate ao analfabetismo. Porém, em meados dessa década, os Chefes de Estado não demandaram

grande interesse ou investimento significativo a essa questão, o que imperava por meio do Programa de Metas era a formação técnico-profissional.

No ano de 1956, alguns técnicos influenciados pelas orientações das autoridades internacionais e “pelo desenvolvimento da economia da educação” apresentaram a educação como “um pré-investimento necessário para o desenvolvimento do país” (Paiva, 1987, p. 161). Nesse período falece a CNER, em seu lugar nasce a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, e tentam renascer a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, dando-lhe um novo nome, a saber, Sistema Rádio Educativo Nacional – SIRENA. Tais propostas tiveram o interesse de “desenvolver métodos e técnicas de ensino para adultos a partir da escolha de uma orientação política definitiva” (Paiva, 1987, p. 161) e de que se “forme os contingentes de mão-de-obra necessária para atender ao crescimento das indústrias” (Paiva, 1987, p. 162). Para esse replanejamento convocou-se o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, pois “mais uma vez o problema da educação dos adultos mostrava-se não resolvido” (Paiva, 1987, p. 162) e fora necessário que pessoas da educação se reunissem para pensar em novas demandas sobre o assunto.

Vanilda Paiva (1987, p. 162) diz que “o ano de 1958 parece marcar uma nova fase da educação de adultos no Brasil”. Ela considera isso por que com a realização do II Congresso de 1958 houve a retomada de lutas e debates em torno da Lei de Bases e Diretrizes, ao qual estava autorizada constitucionalmente desde 1934 (p. 162). Tal documento seria para os educadores brasileiros a segurança de haver uma declaração regente para a educação em rede nacional. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos ocorreu entre os dias 9 e 16 de julho de 1958. Paiva (1987) diz que “seu temário fora elaborado, segundo declarações do Ministro da Educação, prof. Clóvis Salgado, tendo em vista a “atual orientação do MEC no sentido da educação para o desenvolvimento e de educação para todos”” (Paiva, 1987, p. 206-207). O objetivo do Congresso estava baseado no aperfeiçoamento dessas ações de desenvolvimento e educação para as massas populares. Para isso os congressistas teriam que balancear a realidade brasileira e “estudar as finalidades, formas e aspectos sociais de educação dos adultos, seus problemas de organização e administração, além dos métodos e processos pedagógicos mais adequados a esse tipo de educação” (Paiva, 1987, p. 207).

Ao que se compreende, após este Congresso, houve uma Comissão de educadores para debater o problema da escola pública e buscar a inclusão do ensino secundário público. Os educadores de movimento renovador eram os que lutavam por esta inclusão, e do outro lado, a oposição católica conservadora, que defendia o ensino tradicional e privado. O desfecho dessa tensão é descrito pela professora Paiva (1987) – “Conseguindo dominar na comissão de

redação da Carta, os conservadores ligados ao ensino privado deixam de lado todas as recomendações do Congresso para transformar o documento na expressão de suas ideias e na defesa de seus interesses”. E conclui – “Inicia-se a tecnificação do campo educacional com a introdução da ideia de planejamento da educação” (p. 163). A Carta de Princípios do II Congresso, pelo que é compreendido, parece ser o documento oficial, regulador e recomendado nesse evento de planejamento educacional para o Brasil.

Há um desabafo crítico da educadora Vanilda Paiva que merece nossa total atenção:

Este episódio serve para ilustrar o clima de luta ainda encontrado nos meios educativos em torno de ideais educativos já tradicionais. Os educadores ocupam-se prioritariamente dessa luta e, paralelamente, dão alguns passos no sentido de incorporar preocupações com a rentabilidade da inversão educativa e com o atendimento dos compromissos internacionalmente assumidos pelo país em matéria de educação popular (p. 162).

O episódio descrito acima me faz recordar dos momentos de Assembleias no Cursinho do DCE. As assembleias são uma prática dentro do campo de gestão e planejamento e de exercício da Gestão Horizontal. Ocorriam no Cursinho normalmente uma vez ao mês para apresentar pontos administrativos e financeiros, dar voz e ouvir as demandas dos professores/as, dos discentes representados por ele/as e realizar uma palestra de formação para todos, maiorias das vezes, direcionada a uma necessidade identificada. Como o currículo de um cursinho é vinculado à matriz do ENEM há o risco de que a metodologia, exposição das aulas e dinâmica em classe pudessem contribuir de forma negativa, como a evasão dos alunos, por exemplo. Logo, a coordenação pedagógica do Projeto de forma “renovadora” buscava conteúdo motivador e de diferenciação para a modalidade de ensino (por assim dizer). Essa necessidade era passada ao preletor (geralmente um professor da universidade convidado) e apresentado ao grupo participante da assembleia. Contudo, isso não era o bastante, e por mais que toda equipe se esforçasse, ao passar dos meses a evasão aumentava consideravelmente.

Isso porque, infelizmente, “do outro lado”, estavam aqueles/as que se preocupavam mais com a rentabilidade do Projeto: os defensores do tradicionalismo pedagógico e de mentalidade privada (comercial). Eles/as preocupavam-se mais com a sustentabilidade financeira do Cursinho, isso na verdade, era a preocupação de que se haveriam recursos para manter a ajuda de custo deles/as, desprezando um problema real, que era descobrir o motivo da evasão dos alunos e buscar ajuda-los a se manter no Projeto. Tal embate ocorria com frequência e na maioria das vezes quando iniciava o 2º semestre. Por isso, comparo essas duas linhas de frente, cada qual defendendo seus interesses, uma por uma educação melhor e outra

por uma sustentabilidade financeira por via do Projeto, com o episódio narrado pela professora Ivanilda Paiva (1987). E, assim como aconteceu nos embates da Comissão pós-II Congresso de 1958, em nossas Assembleias, além da maioria dos coordenadores, havia muitos professores/as “renovados” e que se empenhavam em atender o que estava apresentado na “Carta de Princípios” elaborada e discutida nos momentos de formação.

Outro ponto em comparativo à época do final dos anos de 1950 e ainda em torno desses debates sobre recursos financeiros, em Assembleias esse era o ponto que mais ocupava o tempo dos momentos que seriam dedicados à audiência com os professores/as. Geralmente, partíamos para a apresentação administrativo/financeira (após a despedida do/a mestre) para explicar a situação do projeto quanto aos investimentos, necessidades de subsídios e (algumas vezes) a impossibilidade de viabilizar a ajuda de custo pelas horas/aulas. Nesses instantes o “clima de luta” mudava e muitas vezes as ânsias dos discentes que estavam em pauta eram esquecidas, a visão “renovadora” decaía para “as preocupações de rentabilidade” e o “problema da educação popular ainda mostrava-se não resolvido” (que seria amenizar os impactos da evasão no Cursinho, por exemplo).

O clima de tensão com o tempo contribuía para a saída de alguns professores do projeto, principalmente aqueles que mantinham um tipo de tradicionalismo característico dos cursinhos comerciais em sua prática pedagógica, tais quais: o uso de macetes na prova ou comunicação irreverente. Promovendo um estímulo ao sucesso baseado apenas na aprovação, como se esse feito fosse mais importante do que seus alunos/as, do que a realidade de cada um deles/as e sua humanidade. Depois de situações assim, de tensão, surgiam docentes com “modos independentes” (PAIVA, 1987, p. 163) dentro do projeto. Tal termo é usado pela professora Paiva (1987) para descrever os grupos de educadores que agiam a sua própria maneira. E, assim como houve aqueles do tempo descrito por Paiva (1987), que tinham uma visão individualista em torno do projeto de seu tempo, que contagiavam alguns outros e lutavam em prol de suas ideais, deixando de lado todas as recomendações do II Congresso de 1958 (que analogamente são as assembleias) e previstas na Carta (que analogamente são as recomendações elaboradas em momento formativo), havia também dentre nós alguns que rejeitavam os pontos abordados, como a visão, a missão e os propósitos do Cursinho.

Retornando à década de 1950 relatada pela professora Paiva (1987), após o II Congresso de 1958, o período finalizou com o surgimento de movimentos independentes, bem a parte dos renovadores, mas que tentavam responder as demandas propostas pelo II Congresso, a saber: novas diretrizes para a educação de adultos, novas ideias pedagógicas e desenvolvimento da Carta de Princípios. Houve uma forte influência do Instituto Superior de

Estudos Brasileiros – ISEB sob a nova geração de educadores, e também a difusão e prática de novas ideias pedagógicas. Dentro desse contexto, surge um dos principais personagens (se não o mais relevante) da Educação Popular, também participante do II Congresso de 1958 e que nele apresentou suas ideias pedagógicas de maneira contundente e expressiva, e que, ecoaram até o presente momento, o professor Paulo Freire (1921-1997).

Sobre o chamado sistema Paulo Freire, a professora Paiva (1987) o descreve como uma “combinação original das conquistas da comunicação, da didática contemporânea e da psicologia moderna” (p. 251). De acordo com a Professora Vanilda Paiva (1987), Paulo Freire via a sociedade de seu tempo “fechada”, que entrara em trânsito para uma “aberta” e democrática, pois o povo brasileiro mostrava-se cada vez mais crítico e participante da história. Logo, seria necessária uma educação que permitisse ao educador ajudar o educando a ajudar-se e a ser consciente/crítico diante de sua realidade. Para isso o educador Paulo Freire, descreve Paiva (1987), por meio do Movimento de Cultura Popular – MCP utilizou-se de duas propostas: os Círculos de Cultura e os Centros de Cultura. Tais atividades serviram para pensar e desenvolver um método capaz de atender a essa necessidade educacional apontada por ele, para isso, tal método, deveria ser dialogal e participante ativo. No tempo foram criados grupos de debates em prol dessa iniciativa.

O surgimento do método, com base no diálogo, é descrito pela professora Maria da Glória Gohn (2017) como uma alternativa emancipatória e progressista face aos programas extraescolares predominantes na época. Ainda relata que tal método consistia em três momentos básicos: **a investigação temática:** busca de palavras e temas-chave no universo vocabular do(s) aluno(s) e da sociedade onde vive(m); **a tematização:** a codificação/decodificação desses temas/palavras e seu significado social; **a problematização:** busca de superação das primeiras impressões por uma visão crítica. Para não cair no erro do tecnicismo, a base de seu conteúdo, afirma Paiva (1987), estava no conceito antropológico da cultura, na “distinção entre mundo da natureza e o mundo da cultura e o realce do papel ativo do homem sobre a realidade criando cultura”. Ela ainda diz que esse conteúdo seria o “mais adequado para ajudar o analfabeto a superar a sua compreensão mágica de mundo e desenvolver uma postura crítica diante da realidade” (p. 252). Na prática, tudo consistia no:

Levantamento do universo vocabular dos grupos com os quais a equipe pretendia trabalhar. Em seguida eram escolhidas as palavras no universo vocabular pesquisado, devendo ser selecionadas pela sua riqueza fonêmica, pelas dificuldades fonéticas da língua e pelo engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural ou

política. Tais palavras eram relacionadas a situações existenciais típicas do grupo, que serviam como ponto de partida da discussão, à qual se seguia a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores. Para esse trabalho era necessária uma adequada preparação dos coordenadores e a confecção de material didático através de slides e cartazes (PAIVA, 1987, p. 253).

Tratar do método ou sistema Paulo Freire é relevante devido seu impacto transformador dentro da História da Educação brasileira, na História da Educação Popular e na história de milhões de brasileiros alcançados pelo seu modelo educacional. Tal práxis e sua forma dialógica de educação deveriam refletir nos projetos educacionais populares, como o Cursinho do DCE, pois trabalham com o mesmo público alvo: os populares das camadas pobres da sociedade brasileira, em nosso caso, que também foi o dele, os potiguares.

O Projeto Cursinho do DCE para não ser tecnicista nem ter um propósito meramente comercial ou de projeção mercadológica, deve pensar no seu conjunto ativo e participante como pessoas transformadoras de sua história, de sua cultura e que futuramente transformarão outras pessoas e histórias com seu pensamento crítico e sensato sobre a sociedade ao qual interage, esta é uma concepção que em potencial o Cursinho tem.

Acerca desse aspecto transformador potencializado pela Educação Popular, compartilho do pensamento de Pereira e Pereira (2010) quando dizem:

Acreditamos que a Educação popular pode contribuir para reacender “a chama da esperança” das classes populares, pois propõe uma relação educativa que vai além do trabalho com conteúdos escolares, vai em busca da formação do homem-pessoa, ao invés do homem-coisa, do homem como um ser social comprometido com as causas de seu tempo, insatisfeito, curioso, sonhador, esperançoso e fundamentalmente transformador” (p. 74).

Tornando aos apontamentos históricos da EP, PAIVA (1987) lança pontos relevantes dos anos de 1960, como a volta do tema voto do analfabeto e a efervescência político-ideológica em torno disso, a forte oposição ao governo vigente, a saber, o golpe civil-militar de 1964. Trata também da sobrevivência do MEB e do apoio governamental a Cruzada ABC, que se tornou o principal programa de educação do País e que obteve como órgão gestor o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral. Dois acontecimentos no final da década de 60 merecem atenção nesse trabalho, devido ser uma realidade que é emergente na atualidade e seu peso nesse histórico de lutas em prol da Educação Popular: a retomada da atenção à

questão do analfabetismo pelo Ministério da Educação e Cultura (1966) e o Seminário sobre Educação e Desenvolvimento de 1967.

O primeiro se trata da volta do interesse público na educação do adulto em fevereiro de 1966 (Decreto nº 57.895). Havia muitos empasses quanto ao plano de ação, eram duas vertentes: a humanista e a instrumentalizadora. Pelo que se percebe era um cabo de guerra entre o viés cultural e o economista. A proposta seria reduzir 15% dos brasileiros que não sabiam ler e escrever e acima dos 10 anos de idade. A execução estava a cargo dos municípios, estados e instituições privadas (conveniadas ao MEC). Estes municípios deveriam desenvolver nos municípios menores “centros nacionais de desenvolvimento” (PAIVA, 1987, p. 264). O recurso prometido foi de 70% dos investimentos direcionados para o Ensino Primário. Mas, pelo pouco arrimo, se iniciou um Projeto Piloto de Erradicação do Analfabetismo, com projetos (cada projeto atendia uma faixa etária) aplicados nas 26 capitais da federação, as quais eram chamadas de “cabeças” e responsáveis pela irradiação pelas cidades circunvizinhas.

O Plano deveria combater imediatamente a falta de subsídios para o desenvolvimento, a falta de professores e o alto índice de crescimento demográfico; e, de forma indireta, a evasão escolar, o despreparo do professor e desarticulação dos trabalhos educativos. Tudo isso era de fato uma urgência, pois o País passava por um “vexame mundial” devido seu índice altíssimo de analfabetismo. Este era considerado “uma chaga, mancha vergonhosa a desfigurar as faces da sociedade brasileira que se apresenta, no conceito dos povos...” pelo Ministro Muniz de Aragão (1966), citado por Paiva (1987, p. 267). Foi um momento de muitos rótulos em torno da população analfabeta, as propostas do Plano Elementar eram totalmente desmerecidas e as manifestações de “entusiasmo pela educação” só aumentavam o preconceito e a baixa autoestima das camadas populares. Essa situação era ainda mais potencializada devido a “valorização do homem e a sua integração social” (PAIVA, 1987, p. 267) ser também uma forte ameaça às instituições (Governo vigente).

O resultado de tudo isso é descrito por Vanilda Paiva (1987):

“Em face da precariedade dos recursos, no entanto, não foi possível implementar o programa previsto de 1967 e os estudos realizados pelo DNE serviram então de base para a criação do Mobral em 8 de setembro de 1967, como entidade coordenadora dos esforços nacionais em matéria de educação de adultos” (p.268).

Um triste fim para esse Projeto. Mesmo assim, ela conclui notificando que “[...] os anos de 1960 colocam-se, assim como os mais relevantes dentro da história educativa

brasileira” (PAIVA, 1987, p. 304), por ter sido um diferencial no tratamento das problemáticas educacionais quanto à ampliação da educação de base e de adultos. Contudo, Paiva (1987) considera que os últimos anos desse período é marcado pelo “realismo”, em que os problemas educacionais e sua prática eram cada vez mais postos de escanteio e também por uma tendência da perda de importância política em torno da educação das massas adquirida no início da mesma década (PAIVA, 1987, p. 305).

Porém, PEREIRA e PEREIRA (2010) não pensavam da mesma maneira que PAIVA (1987), pois para eles, devido “a instauração da ditadura militar em 1964 e seu aprofundamento em 1968, culminado com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), leva ao distanciamento total da população do poder, inibindo qualquer tipo de participação popular nele” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 77) tudo indicava uma falência da Educação Popular no Brasil.

Contudo, nos anos da década de 1970 e principalmente nos anos 1980 a Educação Popular se tornou sinônimo de movimento social popular (GOHN, 2017). Visto que houve forte repressão do Regime, esse período foi considerado como os “anos de resistência” em que os postulados de Paulo Freire (suas abordagens no II Congresso de 1958) ganharam força e expansão, tornando-se fundamentais naquele momento e até hoje. Isso se deu pelo que Maria das Graças Gohn (2017) chama de plano de ação política e citando-o relata:

Nos anos 70, esse plano teve um espaço privilegiado para seu desenvolvimento, a saber: as ações das comunidades eclesiais de base cristãs. O trabalho educativo de formação de lideranças gerou também inúmeras iniciativas populares que contribuíram para a organização das massas populares, especialmente urbanas, tais como: bibliotecas populares, rádios comunitárias, centros culturais de bairros, grupos de teatro, inúmeros cursos de formação em centros populares e operários, boletins e uma variada gama de mídia alternativa, músicas e concursos populares, etc. A Educação Popular era vista como parte integrante do processo organizativo das classes e camadas populares, que era desenvolvido pela Igreja, pelo clero, pelas facções políticas novas, e não somente uma tarefa dos partidos e sindicatos (GOHN, 1997, p. 17).

Pereira e Pereira (2010), citando Saviani (1995) afirmam “que sob o ponto de vista da organização do campo educacional, a década de 1980 é uma das mais fecundas de nossa história” (p. 79), pois a mobilização desses anos orientou-se pela bandeira de transformar a Educação e a escola em instrumentos de reapropriação do saber por parte dos trabalhadores, em que “as organizações dos educadores caracterizam-se pela preocupação com o significado

político e social da Educação, além do aspecto econômico-corporativo” (p. 79). Nos anos 1980 “o país viu nascer e desenvolver o mais forte movimento de organização e participação popular de sua história, que nem mesmo a crise resultante da implantação do neoliberalismo, levado a cabo no governo Fernando Henrique Cardoso, conseguiu desmontar” (p. 79). Pereira e Pereira (2010) com empolgação resumem esta década com a seguinte declaração:

Sob a perspectiva do avanço das forças populares no terreno da política, esse foi um período riquíssimo, não perdido, já que nele uma infinidade de organizações e instrumentos de luta social surgiram e consolidaram-se, colocando os trabalhadores do campo e da cidade em melhores condições de disputa de poder na sociedade, fortalecendo os para que fizessem valer seus interesses frente aos da elite política e econômica (p. 79).

Essa perspectiva do avanço das forças populares refletiu na luta pelo desenvolvimento educativo. Ao analisar documentos desse período, o professor Cabral Neto (2007) o indica como “um importante e acelerado processo de transformações” (p. 21) e que obtém como um de seus aspectos fundamentais “o significado político-ético atribuído à educação para contribuir com a paz, a democracia e o desenvolvimento” (p. 21, apud UNESCO, 1998; 2001). Logo, a década seguinte é caracterizada por força ainda maior das massas populares e pela consolidação de novas expressões e práticas educacionais, por exemplo: os cursos pré-vestibular populares. Dentre eles, o nosso Cursinho do DCE.

É nesse contexto e dentre “uma infinidade de organizações” que as universidades do país passam a dar resposta com um forte instrumento de luta social: os cursinhos populares. Vale a pena ressaltar o crucial papel social das Instituições de Ensino Superior (IES), no modo lembrado por Pereira; Raizer e Meirelles (2010) quando tratam do aspecto de ser Instituição Pública. Isso está relacionado ao “Acordo de Santiago, durante a I Cumbre – Reunião de Reitores de Universidades Públicas Ibero-Americanas, em agosto de 1999” (p. 87) e o seu conceito é: “O público é o que pertence a todo povo. A universidade pública é a que pertence à cidadania e está a serviço do bem comum” (PANIZZI, 2002, p. 13 apud PEREIRA; RAIZER; MEIRELLES, 2010, p. 87). Assim, Instituições de Ensino Público como a UFRN são agentes de peso contundente para o exercício da Educação Popular na sociedade que a cerca. Logo, de acordo com Maria da Glória Gohn (2017), as IES com os cursinhos populares, surgem para dar resposta aos cursinhos comerciais, em um momento marcado pela crise econômica e em que “a educação é considerada o principal instrumento para o desenvolvimento produtivo de equidade” (RODRIGUEZ, 2007, p. 23). Para trabalharmos com mais detalhes o encabeçamento dos cursinhos nesse período é necessário maior imersão na situação educacional e socioeconômica

da década de 1990, tão marcada pelo neoliberalismo. Também é preciso registrar os avanços da EP, seu desenvolvimento e conquistas cruciais para a História da Educação brasileira e Popular evidenciadas nesse período.

No que tange a Educação Popular nos anos de 1990, com a retomada de ações pedagógicas fortemente influenciadas pelo método Paulo Freire, a “metodologia passou de *áreas de problemas* para *áreas temáticas*” (GOHN, 2017, p. 21), dando assim maior ênfase à realidade das massas populares. Momento também relevante para a educação rural, como aborda o professor Márcio Azevedo (2007):

Com as aprovações da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, muito contribuíram para que a educação rural ganhasse uma nova expressão, vez que se abriram novas perspectivas ao processo de construção de políticas de educação voltadas para esse setor (p. 145).

Azevedo (2007) ainda afirma que mediante vigência desses documentos “a luta dos movimentos sociais do campo por condições de subsistência no seu próprio espaço, dentre elas o direito à educação formal, fortaleceu-se” (p. 145). Muitos foram os avanços educacionais desse período, contudo após apresentação do quadro político-educacional dele visualizaremos a eficácia dessas lutas, conquistas e direitos.

É importante lembrar que as décadas de 1970 e 1980 foram de desafios para a economia brasileira, pois o padrão de acumulação capitalista sofreu transição e passou a buscar meios para atender as novas demandas do neoliberalismo e globalização que emergiram no Mundo, desde o final da década de 1970 e expandindo-se nos anos de 1990. Nesse último período, pela incapacidade dos governantes em enfrentar a crise desencadeada pela necessidade de transição comercial, surge o discurso e as ações de reforma no País. Entendia-se que o neoliberalismo seria a terapia que remediaría os danos causados nas finanças da Nação (CABRAL NETO, 2013, s/p.).

Por conseguinte, o plano de ação envolvia a redução da inflação, recuperação dos lucros, reforma do Estado, diminuição da taxa de desemprego e inviabilizar o movimento sindical (CABRAL NETO, 2013, s/p.). Lembro que o neoliberalismo é a retomada do liberalismo econômico e possui como princípios cruciais o livre mercado, o afrouxamento do Estado na comercialização de bens e de insumos e a supervalorização das iniciativas privadas. Mediante a esse fato, o resultado do plano não foi positivo nem poderia ser, pois um dos pilares do neoliberalismo é a privatização. Esse método de gerenciamento governamental

trouxe aumento de desigualdades, principalmente na área socioeconômica do Brasil. O professor Cabral Neto (2013) descreve que o aumento dos lucros desse período não recuperou os investimentos necessários para restaurar o País, o capital em equipamentos produtivos foi menor do que a década anterior (1980) e a desregulamentação financeira contribuíram nesse fracasso da produtividade comercial (CABRAL NETO, 2013, s/p.). Embora o ideal neoliberal tenha sido um fiasco, a agenda política brasileira continuou mantendo-se em seus parâmetros, e sua hegemonia firmada desde a década de 1980 é implantada, mesmo diante de forte contestação do movimento de massas.

No campo da educação, como dito aqui anteriormente, a política do País vê a educação como seu “principal instrumento para o desenvolvimento produtivo com equidade” (CABRAL NETO, 2007, p. 23), com isso inicia-se uma corrida pelo que era considerada a educação de qualidade, em que “as políticas formuladas para essa década tinham como foco a temática da qualidade da educação e, em particular, a qualidade da gestão dos sistemas educativos” (p. 22). Contudo, mesmo após o movimento das Diretas Já (1983/1984), a defesa e conclusão da Constituição de 1988, a conquista do voto direto em 1989 e o impeachment do então Presidente Fernando Collor de Melo (1992), a hegemonia do ideal e política neoliberal são mantidas pelo Governo durante os anos de 1990 (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 80).

Maria da Glória Gohn (2017), descreve que tal realidade gerou uma governabilidade da educação que a colocou mais como um serviço do que um direito. Sobre os gestores (atores) dos sistemas educativos, Gohn (2017) diz que “não se falava da força política deles para reverter o quadro de miséria e de exclusão social que as políticas neoliberais geraram em todo o continente latino-americano” (GOHN, 2017, p. 20). Tudo isso porque a hegemonia neoliberal defende uma reforma administrativa que reconheça unicamente o mercado como capaz de destinar recursos e produzir informações que acrescentem “mecanismos competitivos meritocráticos que orientam os processos de seleção e hierarquização das instituições escolares e dos indivíduos que não atuam” (CABRAL NETO; RODRIGUEZ, 2007, p. 45).

Esse período é resumido por Pereira; Pereira (2010) como “um cenário caótico de incertezas, de trivialização dos conflitos e dos sofrimentos humanos” e acerca da imposição da política neoliberal relatam que “com ela, conhecemos a face mais perversa do capitalismo: a progressiva segregação e exclusão” (p. 81).

A situação da Educação Popular também não estava boa. Pereira e Pereira (2010) a apresentam da seguinte forma:

Com os movimentos sociais enfraquecidos, a Educação Popular vive consequências no interior de sua prática cotidiana. Muitos educadores populares também passaram a se questionar sobre a viabilidade de transformação da sociedade. Muitos, inclusive, são capturados pela lógica do mercado, entregando-se a uma visão fatalista da história (p.81).

Pelo registro dos estimados educadores/as, o otimismo apresentado pelo professor Márcio Azevedo (2007) descrito nesse capítulo fica aqui ofuscado, pois a realidade mostra um desinteresse total dos governantes pela condição das massas populares e sua mentalidade capitalista em usá-las apenas como meio de apropriação para o mercado e lucratividade do País. Mais uma vez os documentos que regem a educação brasileira, não são plenamente respeitados em prol dos interesses político-econômicos da elite nacional. Com a consolidação do neoliberalismo e suas políticas privatistas, a Educação praticamente deixa de ser um direito e torna-se um produto. Isso fez com que grupos privilegiados da sociedade brasileira a utilizasse como meio comercial e de lucro, afastando ainda mais as classes populares da Universidade e de qualquer outra formação de qualidade.

Logo, nos finais dos anos 1980 e no decorrer dos anos de 1990, surgiram no cenário brasileiro os cursos pré-vestibulares comerciais, os colégios privados de prestígio e o chamado “efeito cursinho” (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 8). Essa nova categoria de ensino ampliava a oportunidade das camadas de maior dote da sociedade brasileira ao ingresso à universidade, que logo passaram a consumir essa nova mercadoria. É aqui que os cursinhos populares surgem, com inspiração educacional de resistência e lutas que “fizessem valer seus interesses frente aos da elite política e econômica” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 79) e buscando reacender a “chama da esperança” (p. 73) da Educação Popular e dos movimentos sociais.

Segundo Groppo, Oliveira e Oliveira (2019), diante dos cursinhos comerciais, os cursinhos populares “propõem outras práticas pedagógicas, adequadas a seus discentes, vindas/vindos das classes populares e das etnias marginalizadas, e buscam acoplar o pedagógico ao político, tanto pela formação da consciência crítica da juventude popular e negra quanto pelo fomento de lutas sociais” (p. 1). Eles ainda fazem a seguinte consideração: ‘Não à toa, Oliveira (2006, p. 1) apresenta os cursinhos populares como um “movimento social de educação popular” (GROPPO, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 5). Em pesquisa, eles relacionam os cursinhos populares que seriam os pioneiros nesse movimento de luta, o Cursinho da Poli, o Pré-vestibular para Negros e Carentes – PVNC, o Educação e Cidadania de Afrodescendentes – Educa Afro e algumas ações na região metropolitana do Rio de

Janeiro/RJ. Dentre esses e pelo que esses autores narram, o Cursinho da Poli na cidade de São Paulo é considerado o mais conhecido.

Diante de tudo que a história da EP tem desenvolvido e cooperado na História da Educação brasileira que de forma bem resumida está registrado nesse trabalho, é coerente afirmar a inserção e atuação dos cursinhos populares como um movimento social, devido sua ascensão ser de dentro da massa popular e não por uma obrigação vertical recomendada por algum órgão internacional ou por parte dos interesses permissivos da elite brasileira. É dessa forma que nasceu e cresceu pelo Brasil um “campo de cursinhos populares” (GROPPO, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 04), articulado por agentes coletivos de entidades estudantis das Universidades Federais, na maioria dos casos, de parcerias entre militantes negros e da igreja católica e de algumas comunidades periféricas do território nacional, todos com mesmo discurso sociopolítico de enfrentamento ao elitismo ao acesso às universidades.

Dentre eles na cidade de São Paulo/SP, no ano de 2008, se inicia uma rede chamada Rede Emancipa Movimento Social de Cursinhos Populares com o objetivo de “promover o acesso de jovens das classes trabalhadoras à universidade e lutar pelo direito ao amplo acesso à educação superior pública” (GROPPO, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 3). Essa rede é atualmente uma das mais contundentes no cenário nacional, se não a mais relevante. Trato dela com base em pesquisa feita e produzida em um artigo por um de seus núcleos, que atuava na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Vale a pena salientar que o Cursinho Popular do Diretório Central Dos Estudantes da UFRN já tinha 11 anos de atividades quando essa rede aparece no movimento social de lutas por educação popular. GROPPPO, OLIVEIRA; OLIVEIRA (2019) afirmam que a Rede Emancipa surge não apenas como expressão de luta social, mas também com uma missão de resgate:

A Rede Emancipa nasce em meados da década de 2000, embalada por sujeitos que demandavam um “retorno às origens” do “Cursinho da Poli”, sujeitos que consideravam que esse cursinho popular precursor, com sua transformação em organização não governamental, desvinculação com o movimento estudantil, despolitização da formação e taxas cada vez mais caras, tornava-se um cursinho pré-vestibular comercial, ainda que de preço mais acessível (p. 7 e 8).

Pelo que esses autores relatam por meio de sua pesquisa, a exemplo do Cursinho da Poli, muitos outros cursinhos populares se aproximaram do mercado dos cursinhos comerciais e se tornaram um “caminho alternativo à educação superior” (GROPPO, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 9) para a camada popular que pudesse de alguma forma pagar o “preço

mais acessível” (GROPPO, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 8). Em acesso ao site do Cursinho da Poli é perceptível essa vitrine de itens para ter sucesso no ENEM.

Embora haja essa forte crítica dos idealizadores da Rede Emancipa, eles não tiram o mérito de que foi esse movimento social, principalmente pela parceria com os movimentos negros, alcançou inúmeras conquistas importantes para as camadas mais pobres, como por exemplo, as cotas sociais e os programas de inclusão, como o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. Mas, para Groppo, Oliveira e Oliveira (2019), essa situação dos cursinhos alternativos, de não poder ser 100% gratuitos para as massas populares e mesmo assim contribuir na democratização do acesso às universidades é considerado um paradoxo (GROPPO, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 8).

O núcleo da Rede Emancipa em terras mineiras obteve como nascituro o interesse de uma professora universitária e de suas duas alunas após participar de uma aula inaugural da Rede em um galpão do Museu de Artes de São Paulo – MASP, em agosto de 2014, e apresento aqui como exemplo que retrata o funcionamento da Rede em todo o Brasil. Esse momento formativo e fortemente influenciador fez com que elas fundassem na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG o Emancipa Minas, naquele mesmo ano, com atividades de apresentação da Rede Emancipa, "aulões" pré-Enem e ações de conscientização político-sócio-educacional. No ano seguinte, com 20 participantes no movimento, iniciaram as aulas do cursinho popular em uma escola pública em frente ao Campus da Universidade. Antes da aula inaugural, que foi em abril de 2015, houve encontros de formação com os coordenadores da Rede Emancipa de São Paulo (GROPPO, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 15). Sobre esse pontapé inicial Groppo, Oliveira e Oliveira (2019) relatam:

A aula inaugural do cursinho do Emancipa Minas foi em abril de 2015, atraindo 120 estudantes do ensino médio. O tema foi “Acesso à cidade”, com a palestra de professor da Universidade. Houve também a acolhida da escola, a apresentação da equipe e da dinâmica do cursinho e atividades culturais. A chamada “aula zero” também foi em abril, já adotando a dinâmica que se repetiria nas semanas subsequentes: aulas aos sábados, almoço coletivo, tempo livre e círculo. Nesse ano, o cursinho atingiu o seu maior público: formaram-se três salas, cada qual com cerca de 40 alunos (p.15).

A dinâmica inicial de "aulões" ou aulas semanais é realmente uma ótima ideia para atender uma logística desse porte, principalmente quando se tem uma equipe pequena como descrito acima. Em nossos "aulões", embora o nosso Cursinho leve a sigla do Diretório Central dos Estudantes (da UFRN) as militâncias ou bandeiras não eram erguidas dentro do coletivo ao qual estive inserido, pelo menos não no período em que estive. E, os nossos

momentos formativos eram quase que 100% pedagógicos. Contudo, o respeito e a tolerância às diversas camadas e a suas diversidades eram defendidos por todos. Muitas vezes de alguma forma expressávamos posicionamento em debates da sociedade, em prol do direito à educação, lutas estudantis ou questões raciais e de gênero, etc.

Tais ideias devem ser levadas em consideração já que a conscientização político-social é uma base crucial na Educação Popular, que deve ser defendida dentro de uma organização educacional e propagada em seu coletivo ativo. Todavia, infelizmente, o processo de conscientização não é algo fácil e já dado para a massa popular, não é por falta de interesse dela que esse processo não desenvolve. Percebo a ausência do exercício formativo e de construção dele, que primeiro poderia ser no meio familiar e depois no ensino fundamental, por meio de um Projeto Político Pedagógico – PPP – que correspondesse a essa necessidade. Talvez, essa realidade seja, entre outros fatores, um resquício da doutrinação do regime militar dos anos 1964 até 1985, que ainda é marcante em nossa sociedade em que “política não se discute”, como é dito no meio popular e reflete nas escolas, nos lares e acaba por atingir os movimentos e as iniciativas de educação popular, como os cursinhos populares.

A exemplo disso, com base nas experiências que eu tive no Cursinho do DCE como coordenador e na observação em sala de aula e nos aulões, pude perceber que as pessoas da camada mais pobre desejam muito sua ascensão social e veem a conquista de uma vaga na universidade como um trampolim para isso. Parece-me que para ela esse processo de ascensão deve ser rápido, sem perda de tempo ou muito discurso, tem que haver aula, aula e aulas! Nada mais! Pois fora isso, qualquer coisa que não seja conteúdo aplicado para a prova do ENEM é tempo jogado fora. Como nos movimentos sociais há uma presença muito forte dos militantes e da luta pela conscientização sociopolítica, às vezes, mais política do que social. Isso pode ser um fator que afasta as pessoas. Pois, muitas delas querem apenas o resultado da aprovação e não uma conscientização ou participar de algum movimento. Essa característica é traço marcante dos anos de 1990 e que só se assenta mais e mais, até os dias de hoje.

Considero essa situação relevante, por que no Emancipa Minas ocorreu algo que pode estar relacionado a esse movimento “*fast food*” contextualizado a pessoas que querem obter sucesso na vida e considera o caminho acadêmico a rota mais rápida para isso. O ano de 2016 para o Emancipa Minas foi de alguns avanços e definhamentos. Avançou com a organização do Espaço da Criança destinado aos filhos/filhas das alunas/os que frequentavam as aulas, buscou formar turmas de cursinho, inicialmente duas, uma de extensivo outra de intensivo e conseguiram ofertar um curso preparatório para um concurso municipal. Mas, nesse mesmo ano, a procura dos estudantes caiu dois terços, dos 120 que havia no ano anterior, apenas 30

estavam na aula zero de 2016. As causas envolviam questões econômicas e sociais, “a incompreensão por parte do corpo discente da pauta política proposta pelo Emancipa Minas” (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 15) e a falta do comprometimento de militantes que pareciam estar “fechados” com a proposta política do Emancipa Minas. Em 2017, as últimas aulas não aconteceram por falta de alunos. Este citado ano marcou o encerramento das atividades do movimento na UFMG. Contudo,

Enquanto esteve em funcionamento, apesar do problema com a evasão de discentes e tensões dentro do corpo docente, o Emancipa Minas — que pode vir a se reestruturar em um futuro breve, como deseja a sua militância — foi muito importante para a formação sociopolítica e para o processo de integração à Universidade e ao município de suas/seus militantes, como atestam as entrevistas” (GROPPO, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 15).

Assim é o dinamismo dos movimentos de lutas em prol da Educação Popular, como descrito resumidamente até aqui nessa produção, repleta de altos e baixos, parece que mais baixos. Acho que por ser incompreendida. Pela cultura do capitalismo, reprimida. E, por não ser alvo dos interesses políticos majoritários da sociedade. Porém, é impactante para aquele/a que se conscientiza, se humaniza, se redescobre e que adquire autonomia e liberdade para ser agente ativo de sua própria história. Pereira; Raizer e Meirelles (2010), no artigo sobre a democratização do acesso à universidade por meio de ações de cursinhos popular em Porto Alegre, ao citarem Paulo Freire, dizem: “é preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, constituir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história...” (FREIRE, 2008, apud PEREIRA; RAIZER; MEIRELLES, 2010, p. 94).

O movimento Emancipa Minas na universidade morreu. Mas, sua semente caiu em uma boa terra que a fez germinar e crescer. De acordo com o site da Rede Emancipa Movimento Social de Educação Popular, atualizado em maio desse decorrente ano, há em Minas Gerais oito núcleos: o Belo Horizonte, em Floresta, o Cursinho Popular Paulo Freire, Darcy Ribeiro, em Montes Claros, o Emancipa Ibirite, o Emancipa Oeste: Cursinho pré Enem e Cursinho de inglês, em Belo Horizonte, Emancipa Varginha, em Varginha, Emancipa Venda Nova e o Pouso Alegre, em Pouso Alegre. Isso representa esforço e faz manter a “chama da esperança” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 73) para continuar.

Aqui no Rio Grande do Norte temos o Cursinho Popular Do Diretório Central Dos Estudantes da UFRN que também inicia sua história no final dos anos 1990 e em contexto

igual aos dos demais participantes do campo de cursinhos populares, a saber, em que o Estado estava submetido ao ideal neoliberal. Como se deu o desdobramento dessa história? Quais sucessos e insucessos? Será que ela está banhada com o suor da labuta e até sangue dos militantes da Educação Popular? Passaremos a conhecê-la melhor a partir de agora.

II- Trajetória e Marcos do Cursinho do DCE

Nos anos da década de 1990 a forte influência da política neoliberal promove no Brasil altos índices de desemprego devido ações de privatização, o que afetou diretamente o trabalhador e gerou imensa crise financeira em diversas camadas da população. Enquanto diversos países pensavam em uma nova ordem mundial e cultural, avançando na dinâmica comercial da Globalização, a nossa Nação encontrava-se “em estado deplorável de desvalorização da sua força de trabalho e desqualificação” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 3). Como descrito outrora nessa atividade, em território nacional e no campo da educação percebeu-se a necessidade de melhorar o ensino, de se preparar na concorrência exigida pelo Mercado e iniciou-se a corrida pelo ensino de qualidade (CABRAL NETO, 2007, p. 23). Isso é confirmado na proposta do PPP do Cursinho (2007), quando relata que:

A procura por uma forma de se preparar tem mobilizado boa parte da população brasileira que vê nas universidades um caminho na aquisição de conhecimentos científicos para uma maior compreensão da realidade vivenciada, fugindo assim da exclusão no processo de aquisição de saberes que aparentam estarem monopolizados (p. 3).

Essa alta procura pelas universidades, principalmente as públicas (federais e estaduais), aumentou o número da concorrência nos vestibulares, ampliou em rede nacional a privatização das Instituições de Ensino Superior (IES) e o mercado dos cursinhos comerciais. Com isso a elitização nas universidades públicas crescia consideravelmente, visto que os/as estudantes das camadas mais carentes e de escolarização do ensino público estavam praticamente excluídos desse processo de qualificação promovido através da educação, como é dito pela professora Nadir Zago (2008), “a privatização do ensino superior brasileiro não favoreceu o acesso dos egressos do ensino médio que dependem essencialmente do ensino público para prolongar sua escolarização” (ZAGO, 2008, p. 1). Nesse período, os cursinhos comerciais, movimentavam um “mercado paralelo de educação” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 4), seus empreendedores cobravam mensalidades exorbitantes, utilizavam-se das mídias do tempo (TV, rádio e jornal) para vender “passaportes” para a universidade e com isso “os alunos das classes baixas esbarram em outro problema que é a incoerência existente entre o valor dos cursinhos e as suas reais condições financeiras” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 4).

Diante desse cenário, com articulações desde os anos de 1970 e se tornando mais contundente nos anos de 1990, o campo dos cursinhos populares emerge como resistência a esse excludente mercado paralelo de educação, como fora detalhado em capítulo anterior. Esse novo movimento social de lutas em prol da educação das classes populares com ação direta na democratização do acesso às universidades por várias regiões do território nacional, iniciando no Rio de Janeiro/RJ (PEREIRA; RAIZER; MEIRELLES, 2010), depois na cidade de São Paulo/SP, em diversos municípios de Minas Gerais/MG, em Porto Alegre/RS, entre outras, e aqui no estado do Rio Grande do Norte/RN não foi diferente.

No segundo semestre de 1997, nasce o Cursinho Popular Do Diretório Central Dos Estudantes Da UFRN, por iniciativa dos estudantes que estavam responsáveis pelo DCE. Em documento oficial, o Projeto Político Pedagógico - PPP, o Cursinho se apresenta como:

Uma das políticas públicas de acesso ao ensino superior na busca por tentar que alunos das escolas públicas tenham iguais oportunidades de acesso à universidade. Como um organismo que contém apoio Institucional da UFRN, o Diretório Central dos Estudantes criou o Cursinho do DCE como um caminho para com o fim de tornar alunos e ex-alunos de escolas públicas aptos para concorrerem a uma vaga para o curso superior, ao mesmo tempo em que os alunos das licenciaturas da UFRN ganham um espaço para aperfeiçoar suas práticas docentes (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 4).

A iniciativa do Diretório Estudantil daquele ano era de propor o Cursinho do DCE como uma das políticas públicas em prol da democratização do acesso à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Isso demonstra por parte do Projeto raiz e sentimento da Educação Popular no tocante ao seu público alvo, que são os alunos/as e ex-alunos/as de escolas públicas, ou seja, jovens e adultos, muitos deles/as trabalhadores/as que buscam seu direito e vaga em uma universidade. Embora o Cursinho não atue no ensino da alfabetização, age na luta pela conscientização dessa massa acerca de seu direito a um lugar no Campus, na sociedade e na própria história, tal ação faz parte das perspectivas da EP.

Quando falo “na própria história” trago o pensamento dos professores Pereira, Raizer e Meirelles (2010) quando abordam sobre os efeitos micro e macro que os cursinhos populares proporcionam na elevação da autoestima das pessoas que deles participam (p. 89). De acordo com eles, a competitividade comercial, a falta de oportunidades e exclusão social no acesso à universidade produz na juventude uma extrema baixa autoestima. Contudo, afirmam eles, que os cursinhos populares ajudam na inversão dessa realidade dando aos participantes desse movimento social esperança e capacidade competitiva de lutar pelo seu

lugar nas IES, no mercado e principalmente em si mesmos. Embora não esteja relatado nos documentos, entendo que há no nascimento do Projeto Cursinho do DCE muito de Paulo Freire, quanto ao interesse popular, ao diálogo, na conscientização e na ajuda de reencontro ou encontro da historicidade humana, como já fora descrito por Maria da Glória Gohn (2017) quando fala do método dele, ao qual foi apresentado desde o final da década de 1950.

Assim, com o objetivo de “garantir um espaço de prática docente para o aluno da UFRN e propiciar uma preparação de qualidade, para que o aluno de escola pública ser aprovado no vestibular” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 5) e de “enfrentar o problema da crescente elitização dos estudantes da Universidade, com a quase exclusão, em seu corpo discente, de alunos egressos da rede pública de ensino” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 5) que o Cursinho do DCE inspirado nas ações de muitos outros cursinhos populares inicia suas atividades. Não há na descrição nos registros adquiridos dos nomes da equipe que inaugurou o Projeto nem foi possível encontrar documentação disponível para tal descrição.

A proposta pedagógica do Cursinho do DCE, descrito em seu PPP (2007), é de “inovar o processo de ensino-aprendizagem nessa modalidade de escola, superando tanto a postura autoritária em sala de aula, quanto o caráter mecânico e orientado unicamente para um resultado que seria a aprovação no vestibular” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 5). Tal proposta se baseia na intenção de “modificar a forma tradicional de cursinho, almejando uma mudança de prática e de mentalidade, por parte de alunos e professores” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 5). Esta essência pedagógica esteve mantida pela direção pedagógica do Cursinho no tempo em que estive em atividade (2015 a 2017). Essa intenção também estava relacionada nos interesses dos educadores renovados e dentro do tema de embates ocorridos após o II Congresso de 1958, ao qual fiz relação com situações ocorridas nas assembleias do Cursinho. Nos momentos de assembleia, por diversas vezes, se buscava vencer essa forma tradicional de ensino nos cursinhos. Contudo, nos cursinhos comerciais ainda é presente essa prática pedagógica nas aulas, em que os macetes, a “docência showman” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 5) e a busca cega pela conquista da vaga na universidade acima de tudo são características fundante dela. Tal ação educacional não leva em consideração a realidade de seus participantes, apenas há o interesse de vender um sonho: o passaporte para uma vida de sucesso através de uma vaga em uma Universidade Federal.

Outro objetivo do Projeto, que também é crucial para a existência do mesmo foi descrito na Mesa Redonda em que fez parte, como coordenador, o professor Dr. João Maria Valença de Andrade e a gestão do Cursinho do ano de 2005. Em texto síntese da Mesa

Redonda com tema: Cursinho do DCE: uma iniciativa de democratização do acesso ao ensino superior, apresentada no XI SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA, eles descrevem:

Também é objetivo do projeto proporcionar o exercício profissional para alunos das licenciaturas nas áreas específicas exigidas pelo vestibular da UFRN. Ou seja, o Cursinho do DCE também se constitui num laboratório para o desenvolvimento da prática de sala de aula de seus professores, que são estudantes das licenciaturas da UFRN. Além disso, possibilita o aprimoramento das funções de coordenação pedagógica, gestão financeira e administrativa para alunos de Pedagogia, de Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Cooperativismo que vierem a ocupar cargos de gestão (ANDRADE *et al.*, 2005, p. 1 e 2).

Agora bem firmados nos objetivos que alinham a visão desse Projeto, avancemos na história do Cursinho do DCE.

Nos meses de julho a dezembro de 1997, “de forma um tanto improvisada” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 6) iniciaram-se as aulas de intensivo do Cursinho, a diretoria do DCE selecionou nove (09) professores, e após divulgação, 150 alunos foram inscritos para ser ouvintes das aulas, estas eram apenas no turno da noite. Não há registro de quem foram os professores/as, os primeiros alunos nem de quantos aprovados.

Contudo, esses poucos meses de atuação repercutiram de maneira significativa, pois no ano de 1998 estavam disponíveis 400 vagas para discentes e a procura por elas superou muito esse número, sendo necessário realizar um processo seletivo para esses alunos, por meio de provas de Língua Portuguesa e Matemática. De acordo com a descrição do PPP (2007), sete (07) dos nove professores que iniciaram o Projeto continuaram. Com um porte bem maior foi necessário ampliar o corpo docente do Cursinho e propor uma gestão com dedicação exclusiva às demandas do Projeto. Mediante esta necessidade, o diretor do Diretório dos Estudantes renunciou ao cargo e junto com os sete professores já ativos, dedicaram atenção total ao Cursinho. Isso fez triplicar o número de professores/as, aumentar a quantidade de turmas, passando a ter aulas no turno da tarde e ocorrer o recebimento de discentes oriundos da rede privada, pois pelo que faz entender o PPP (2007), as vagas eram destinadas apenas a alunos/as da rede pública.

Infelizmente e tão logo, o Cursinho do DCE caiu na “contradição que não abandonou o campo dos cursinhos populares” (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 7): a de se aproximar do mercado dos cursinhos comerciais. Isso trouxe para o Projeto alguns contratempos, aos qual o PPP descreve:

Três problemas graves despontam no ano de 1998. O primeiro professores recebendo quantias desproporcionais em relação à remuneração média do corpo docente; o segundo, a declaração dos professores de que o cursinho não mais estaria vinculado ao DCE; o terceiro, denúncias de desvio e malversação de verbas do cursinho (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 6).

O documento ainda narra que a direção do Diretório Estudantil acionou a imprensa e denunciou o incidente dentre os professores que administravam o cursinho daquele ano. Isso repercutiu de forma negativa para o Projeto e ficou como um aspecto negativo em sua história. Pois, até nos anos em que estive atuando no Cursinho esse assunto era comentado e discutido entre nós da coordenação e entre os professores/as que de alguma forma ficavam sabendo desse ocorrido, tanto em encontros formais ou informais. Contudo, tal situação não se expressa apenas de forma negativa. Visto que, depois disso os cuidados com a transparência financeira passaram a ser no Cursinho do DCE um exercício e padrão de conduta entre seus coordenadores, principalmente pela direção financeira.

Como exemplo disso, me recordo de quando entrei no Projeto, na seleção de dezembro de 2014, para compor a coordenação de 2015, era um momento de transição de duas coordenadoras, no qual uma delas estava como diretora de ações pedagógicas e responsável pela presidência e a outra pela gestão financeira. E a saída das duas foi de maneira exemplar, com eleição do novo presidente, apresentação do caixa movimentado no ano de 2014, aquisições e dívidas, e projeção orçamentária para 2015. Com isso, percebo que tal situação dentro do Cursinho, em 1998, serviu de experiência para que outras gestões não cometessem a mesma falha. E, por obter uma estrutura administrativa bem definida por meio de seu Estatuto (2011), tal dano para o Projeto, desde que seja cumprido o regime, tende a ser reduzido à zero.

Retornando ao histórico do Cursinho do DCE, visto a extrema necessidade de competir para o mercado de trabalho por motivo da crise nos anos de 1990 e alto índice de desemprego já supracitados, a busca por vagas no Projeto Cursinho do DCE continuou a crescer. No ano após o escândalo de 1998 por parte da administração do Cursinho, ou seja, em 1999 o Projeto obteve 580 inscritos para 250 vagas disponíveis e a seleção de novos professores aconteceu normalmente. Porém, retornou a funcionar por apenas um período (à noite) e voltou a atender apenas alunos/as oriundos da escola pública, bolsistas de escolas particulares e concluintes do Ensino Médio (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 7).

O ano de 2000 é de retorno à estabilidade administrativa e de crescimento no Projeto. Sob Regimento Interno criado entre os anos de 1999 e 2000 as funções, direitos e deveres dos alunos, professores e direção dão nova orientação ao Cursinho. Nesse ano, é realizado o

processo seletivo para bolsistas, o funcionamento das aulas no turno vespertino retorna, sendo utilizadas salas no setor II da UFRN e a quantidade de professores/as chega a 25 (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 7). Até os instantes em que estive participando do projeto, a supervisão do Setor II da UFRN em todo momento foi solícita ao Projeto, era o Setor que tínhamos garantia de funcionamento e as salas normalmente utilizadas eram a F1 e F2, só mudávamos quando o ar-condicionado não funcionava bem (risos). Considero relevante registrar essa parceria de 23 anos de história e que tanto ajudou o Cursinho do DCE nessa luta de inclusão e democratização do acesso à UFRN.

De acordo com o PPP (2007), o ano de 2001 foi o de maior amadurecimento, período esse que o Cursinho se organizou por áreas: pedagógica, financeira e política. E, obteve dentre seus discentes 25% de aprovados! Outro ponto positivo desse ano foi o de não terminar o ano com saldo negativo nem com pendências financeiras. O Projeto adquiriu um computador, impressora e garantiu todo suporte necessário para seleção docente para o ano seguinte.

Tal amadurecimento do Projeto trouxe no ano de 2002 um expressivo reconhecimento da UFRN, esta assumiu o Cursinho do DCE como Projeto de Extensão do Campus. O PPP do Cursinho o descreve da seguinte maneira: “a UFRN reconhece a relevância social e acadêmica do Cursinho do DCE, tanto com relação à facilitação do acesso para alunos de escolas públicas na UFRN, quanto para a função do laboratório voltado para os alunos das licenciaturas” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 7). Nesse ano, também houve um ponto importante a ser debatido: a aceitação de graduandos da universidade fora das licenciaturas. Em votação, entre coordenadores do Projeto prevaleceu que a seleção, seja para diretores ou para professores/as, deve ser apenas para graduandos das licenciaturas. Outro ocorrido foi a indisponibilidade de um anfiteatro para o Projeto. Isso fez reduzir o número de alunos/as no projeto, e pelo que é narrado no documento quando diz “o Cursinho tenta se reerguer e reinicia o ano de 2003 com a preocupação de credibilizar o processo seletivo para professores” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 8), dá a entender que houve a necessidade de desligar professores/as do Projeto e tal situação gerou desconfiança e insegurança daqueles que se interessava em participar dele.

Todavia, mais uma vez o Cursinho do DCE reconquistou sua credibilidade e alcançou “seu maior nível de organização” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 8), com uma média de 350 pessoas em lista de suplência, a realização de intervenções no bairro de Felipe Camarão com aplicação de aulões e a criação de lista de frequência, o que fez reduzir o quantitativo de inadimplência e evasão no Projeto. A ação de extensão com os aulões no

bairro de Felipe Camarão foi “a realização de um sonho” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 8). Tudo isso fez do ano 2003 proveitoso e de realizações para o Projeto.

O ano de 2004 traz mais uma vez o efeito de montanha russa para o cursinho. Nessa feita por motivo de uma mudança de gestão no Diretório dos Estudantes. De acordo com o PPP (2007) essa transição inviabilizou o trânsito no espaço interior do Diretório e este impedimento de acesso impossibilitou a organização de apresentação do Projeto na Feira de Ciência e Tecnologias – CIENTEC da UFRN. Mas, algumas atividades bastante relevantes foram exercidas naquele ano, como a participação dos alunos/as do Cursinho em palestras organizadas pela Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD referente aos cursos ofertados pelo Campus e visitas aos Centros Acadêmicos da Universidade a fim de que os alunos/as participantes do Cursinho se familiarizassem com a infraestrutura e observasse o funcionamento dos cursos que eles/as tinham interesse. Ainda em 2004 a Comissão Permanente de Vestibulares – COMPERVE ampliou a margem de isenção no vestibular, isso surtiu efeito contrário no Cursinho do DCE, pois serviu de motivação para alguns que conseguiram a gratuidade na taxa da prova. Porém, causou a desistência da maioria dos alunos/as que não receberam esse benefício, tornando a elevar o número de evasão no Projeto.

O tema de ação de extensão com a realização de aulões torna a ser interesse do Projeto no ano de 2005, com a intenção de “contribuir e apresentar a importância da Universidade e a sua função para a sociedade” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 8) ampliando para outras comunidades carentes de Natal e municípios do interior do estado. Contudo, por falta de estruturação administrativa esse avanço não foi possível.

Contudo, o ano de 2006 desponta com boa novidade: a criação do Regimento do Colegiado Escolar do Cursinho do DCE. Esse órgão tem “como objetivo: deliberar, executar, consultar e avaliar os assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade de ensino” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 9) e a finalidade de “descentralizar a gestão ao propiciar a participação coletiva de seus constituintes (Direção; corpo docente; representação discente e secretariado) na tomada das decisões e efetivação das deliberações referentes às necessidades do Cursinho” (CURSINHO DO DCE. PPP, 2007, p. 9). Outro ocorrido que contribuiu de maneira qualitativa para o cursinho naquele período foi a proposta de taxa parcial na inscrição para o vestibular de 2007 agregando a taxa de isenção já existente. Isso fez com que 65% dos discentes do Projeto prestassem o vestibular daquele ano para buscar acesso em 2007. Esse foi um ano de conquistas, interna e externa. Interna, pela maturidade em aprovar um órgão fiscal e que representa a gestão democrática que é marca fundante do Cursinho. E, externa, por causa dos impactos que o movimento do campo dos

cursinhos populares exerceu em rede nacional naquele período e desde a década de 90, em prol da Educação Popular, conquistando as cotas raciais, programas de inclusão e a isenção e taxa parcial para os vestibulares.

Dentre essas conquistas, observemos que atualmente, quase não há vestibulares pelos estados do País devido a progressão do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Logo, vejo que essa ideia de uma única prova para acesso a universidade, ou seja, uma prova para todos, é uma expressão de equidade que a Educação Popular buscou por todos esses anos de luta descritos até aqui. Claro que seu processo de preparação para a prova ainda não é igualitário nem justo, vista a taxa cobrada pelo INEP, processo de isenção ser totalmente tecnológico, suporte que a maioria da população pobre não tem, e o fato de que a escola pública ainda não ter a qualidade universal desejada. Contudo, temos aí os esforços do campo dos cursinhos populares, ao qual o Cursinho do DCE está incluso, lutando para que cada vez mais, aqueles que são oriundos das massas populares possam compor vaga nas IES do Brasil.

Quanto ao seu desenvolvimento, o Cursinho do DCE entra no momento de inércia em sua história. Esse entendimento me surge pelo que pude obter de documentação para elaborar essa atividade e pelo que é descrito, de forma resumida no ano de 2005, em mesa redonda no XI SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA:

O desenvolvimento do projeto conta, a cada ano letivo, com um conjunto de ações que possibilitam sua implementação no Campus Central da UFRN. A primeira atividade desenvolvida é a seleção dos professores que irão compor o corpo docente do Cursinho durante o ano. Esse processo é realizado pela direção do Cursinho em parceria com um grupo de professores de diferentes departamentos da UFRN. A seleção é aberta a qualquer aluno das licenciaturas da instituição que se encontre cursando do segundo ao penúltimo período nas disciplinas que se apresentam na proposta curricular do Cursinho do DCE. Os professores selecionados dispõem de acompanhamento pedagógico com vistas ao aprimoramento de sua prática pedagógica.

O projeto contempla, no sistema de extensivo, aulas diárias nos turnos vespertino e noturno. As aulas se iniciam no mês de março. No sistema intensivo, as aulas se iniciam no mês de junho. Também oferece aulas aos sábados, ao longo do ano letivo. Há, ainda, o vestibular simulado que acontece nos dois meses que antecedem o vestibular da UFRN, e o ciclo de revisão, que ocorre nos últimos trinta dias que antecedem o vestibular.

As Pró-Reitorias de Extensão e de Graduação, a Secretaria de Assuntos Estudantis e alguns Centros e Departamentos da UFRN também colaboram com o projeto, realizando atividades que

possibilitem aos alunos do Cursinho o acesso a informações sobre os diversos cursos oferecidos pela Universidade, assim como sobre a instituição como um todo.

A proposta curricular do Cursinho do DCE é voltada para o conjunto dos conteúdos exigidos pela COMPERVE no Vestibular do ano anterior, em conformidade com a atual postura do vestibular da UFRN. Atualmente o Cursinho dispõe de uma estrutura pessoal que compreende uma direção composta por um diretor pedagógico, um diretor administrativo, um diretor financeiro. O corpo docente compõe-se de vinte professores. Atualmente, o corpo discente constitui-se de trezentos e oitenta alunos. O cursinho dispõe de uma secretaria que conta com três auxiliares técnicos. O Projeto de Extensão encontra-se sob a coordenação de um professor do Departamento de Educação da UFRN.

A estrutura física do Cursinho conta com três salas de aulas no Setor de Aulas II, duas no Setor III e um anfiteatro no Centro de Biociências. A sala da administração situa-se na sede do Diretório Central dos Estudantes.

Apesar da relevância social e acadêmica do Cursinho do DCE, sua execução ainda encontra dificuldades relacionadas ao espaço físico disponível, a pouca adesão de docentes da UFRN nos processos da seleção de professores para o projeto e ao valor da taxa de inscrição do vestibular, considerado alto pelos estudantes do Cursinho, o que resulta na desistência de muitos dos que não são contemplados com a isenção. No entanto, a direção universidade tem reconhecido a importância do projeto e se mostrado interessada em colaborar das mais diversas formas (ANDRADE, SENA, NETO, 2005, p. 2-3).

Exceto por alguns poucos pontos, o Cursinho nos anos de 2007 até 2017, este sendo o último ano em que estive compondo a direção, foram poucas ações que mudaram na dinâmica do Cursinho, mediante o que fora relatado acima. Pode-se destacar a consolidação do regimento interno por meio do Estatuto, no ano de 2011. Este documento modificou a estrutura administrativa do Projeto. Consoante o Art. 25 de seus escritos:

A Diretoria Executiva é composta por nove membros efetivos, distribuídos em 06 (seis) cargos de:

- I. Diretor Presidente;
- II. Diretor de Recursos Financeiros;
- III. Diretor de Comunicação e Marketing;
- IV. Diretor de Gestão de Pessoas;
- V. Diretor de Desenvolvimento e Qualidade;
- VI. Diretor de Ações Pedagógicas.

Embora o manuscrito aponte os membros da diretoria executiva como diretores, éramos normalmente chamados de coordenadores pelo colegiado. Como coordenador e responsável pelas ações pedagógicas, vivenciei o avanço do Cursinho, o qual ganhou corpo maior e se adequou as transformações do século XXI, como a mudança de preparação para prova, que alterou de vestibular para o ENEM. O Projeto aumentou a quantidade de turmas, do corpo docente e discente, e passou a atender nos três turnos, por exemplo. Fui coordenador do turno matutino por quase três anos. Hoje o cursinho dispõe de 08 salas: 01 no Centro de Biologia – CB; 01 no Centro de Educação – CE; 01 no Setor I; 02 no Setor II; 01 no Setor III e 02 no Setor IV. Neste ano de 2020 foram matriculados 505 alunos/as, sendo média de 80 discentes bolsistas. Com nove (09) coordenadores, distribuídos em três por turno, responsáveis pelo andamento do projeto. Dessa estrutura, do período em que estive em exercício, a única modificação que notei foi a movimentação de uma sala do Setor I para o Centro de Educação – CE. Antes, eram duas salas no Setor I. Considero extremamente importante a boa relação do Cursinho do DCE com o CE. Devido oportunidade de mais visibilidade para o Projeto e pelo potencial que o Centro de Educação tem com seus laboratórios e eventos formativos que podem qualificar a gestão e corpo docente do Cursinho.

Em contraste com o ocorrido com o Cursinho do Emancipa Minas, o Projeto do Cursinho do DCE permaneceu e aumentou consideravelmente, não sem lutar nem sem desafios, como fora descrito. Embora, haja a realidade de ter se tornado uma Empresa Junior, dando ênfase de ter se convertido para o mercado dos cursinhos comerciais, o Projeto parece sobreviver se valendo dessa mentalidade empreendedora. Apenas uma ressalva aqui: não obtive documentação ou maiores dados do como e quando o Cursinho se tornou empresa júnior. Apenas recordo que em nossas reuniões semanais, havia vez por outra uma pauta tratando da necessidade em participar das assembleias com todas as empresas júnior da UFRN e que o motivo de obter esse status é de transparência na prestação de seus serviços dentro do Campus.

Acabada a ressalva, retomo o pensamento de sobrevivência. Embora haja a realidade de “contradição dentro do campo dos cursinhos populares” (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 7), acerca de assemelhar-se com os cursinhos comerciais, enquadrando-se no patamar de cursinho comercial “mais barato, voltado especificamente a esse público mais pobre” (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 20), observo que o Cursinho do DCE tomou proveito dessa situação para manter-se e continuar contribuindo com a população menos favorecida. O Projeto ainda atende essa parcela da sociedade por meio do processo seletivo de bolsas, em que destina 15% de suas matrículas a esse fim. Com isso, isenta uma

média de 80 pessoas de baixa renda da taxa de mensalidade, anualmente. Parece pouco, mas é o que contribuiu para alcançar seu maior objetivo: a busca pela democratização do acesso à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E, é o necessário para mostrar-se como uma expressão dentro de tantas lutas em prol da Educação popular, mesmo não expressando isso de forma aberta. Mas, apresenta essa força indiretamente, por ser um movimento social pelo direito ao acesso à Universidade.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que o Cursinho do DCE não possui finalidade lucrativa nem lucra com suas ações, pelo contrário, o Projeto terminou na maioria das vezes com dívidas aos professores/as no final de cada ano, devido inadimplência e evasão recorrente, como o PPP (2007) bem descreveu e que posso afirmar pela prática que exerci até início de outubro de 2017. Vi essa realidade logo no primeiro ano, final de 2015, em que o Diretor Presidente junto com a Diretora Financeira daquele tempo, estavam como diz o dito popular: “raspando o fundo do tacho”, para ver o que deviam honrar de imediato e verificar o que poderiam esperar para o ano seguinte. Observe aqui a situação: jovens em formação acadêmica sem muita experiência profissional tendo de lidar com uma crise financeira da instituição e analisando todos os processos possíveis para que ela não desmorone nem fique com sua reputação denegrada, em busca de quê? Apenas de manter o Projeto vivo para que a “chama da esperança” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 73) esteja acessa para mais 80 pessoas que são, em maioria, jovens concluintes do Ensino Médio, outras vezes são mães solteiras que estão sobrevivendo na casa de seus pais ou parentes, ou é um pai de família assalariado que trabalha o dia inteiro que voltou a sonhar com uma formação acadêmica e que tem apenas o turno da noite para estudar. Enfim, são muitas histórias de vidas dentro da historicidade do Projeto de Extensão Cursinho do DCE, o que importa é que em essência, diante do que fora esboçado até aqui nessa atividade, o Cursinho do DCE não perdeu sua visão nem missão dentro daquilo que faz. Contudo, há algumas conclusões que precisam ser expostas sobre tudo isso e que farei logo na próxima parte desse trabalho.

Considerações finais.

Este trabalho de conclusão de curso apresentou um breve histórico da Educação Popular (EP) com objetivo de estabelecer relação com a história do Projeto de Extensão Cursinho do DCE, entender se este permaneceu coerente com sua visão, missão e propósitos e a toda história de lutas e conquistas em prol a EP, identificar suas raízes ideológico/educacionais. Diante disso, o Cursinho do DCE ao longo dos anos mudou bastante em estrutura, mas pude perceber que não perdeu sua visão, firmando-a no interesse em democratizar o acesso à universidade para uma parcela de jovens e adultos oriundos das camadas mais carentes da sociedade potiguar, mantendo seus princípios na organização, transparência e condução educacional e vem cumprindo parcialmente sua missão. Parcialmente, porque como já foi abordado, a história do Cursinho do DCE, junto a de outros cursinhos populares, demonstra uma intenção de reverter o cenário de injustiças, desigualdades e desequilíbrios que a educação tecnicista proporcionou ao se mostrar interessada exclusivamente a atender as necessidades de mercado.

Contudo, considero que falharam em parte nessa missão. Vamos lembrar que uma das perspectivas da EP é que ela seja gratuita e para todos. Logo, todos os cursinhos que iniciaram suas atividades com uma taxa simbólica já perdem de primeiro momento essas características e perdem assim a convergência necessária para estar baseada nela. Com isso podemos dizer que esses cursinhos alternativos não são uma expressão da Educação Popular nem podem ser considerados como um movimento social de auxílio a ela? Acredito que a resposta é sim. Pelo que foi referenciado ao longo dessa produção, fico mais inclinado a acreditar que não é uma expressão de Educação Popular, pelo menos não de forma plena. E, sua proposta educacional ainda é voltada para o preparo de seus alunos/as para o mercado.

Contudo, o Projeto de Extensão Cursinho do DCE da UFRN, na mesma condição dos demais cursinhos alternativos supracitados, pode ser considerado movimento social. Pois, se apresentar como uma política pública de acesso ao ensino superior, por buscar igualdade na oportunidade desse acesso e por ser uma instituição que participa e busca dar atenção aos diversos movimentos sociais. Como já descrevi, seu colegiado é ativo e solícito a essas frentes quando acionado. Também pelo seu interesse de luta, resistência e promoção a democratização do acesso às universidades, mesmo que seja para aqueles que possam pagar o valor simbólico ou sejam contemplados com uma bolsa de estudos. Essa tarifa simbólica serve, na maioria dos casos, para manutenção do projeto ou movimento, como é o caso do

Cursinho do DCE, muitas vezes não recebem subsídios governamentais ou estatais que os sustente de forma integral.

Considerando a parcela de contribuição do Cursinho do DCE para a Educação Popular, penso nas pessoas que não tinham perspectivas ou esperança de ascensão social ou qualidade de vida e por meio de uma oportunidade de bolsa alcançaram sua vaga na UFRN. Para elas, a missão do Projeto foi cumprida e atendeu às perspectivas da EP. Lembremos o que foi apresentado no histórico do Cursinho em relação a média percentual de 26% de aprovados ao ano. Isso é o papel social da UFRN exercido por um viés de Educação Popular aplicado indiretamente, e diria até inconscientemente, por jovens graduandos dessa IES. Consideremos que o possível resultado do cálculo é bem próximo do número de vagas que a UFRN disponibiliza todos os anos. Na qualidade de uma política pública, veja quão importante é o Projeto Cursinho do DCE! Afirmo que aqui está sua relevância para o estado do Rio Grande do Norte e para a Instituição que a acolhe, desde que seja assim conhecida e propagada: como uma política pública que busca equidade no acesso à universidade.

A Educação Popular é uma vertente educacional dentre outras que complementa e enriquece a História da Educação brasileira, que iniciou de maneira mais contundente, a partir da década de 1950 e decorreu até os anos de 1990, como vimos na recuperação de sua história e abordado apenas esse recorte. Pois, ela ainda é viva e operante mundialmente. Busquei ao longo desse histórico ressaltar os pontos mais cruciais daquilo que simbolizou luta e conquista para esse movimento educacional, para os movimentos sociais que comungaram com a EP e para as massas populares, tentando junto a isso, relacionar com práticas buscadas da memória e que faziam parte da rotina do Projeto Cursinho do DCE. Para isso, realizei uma pesquisa bibliografia, utilizando alguns artigos e principalmente usando os registos do livro Educação Popular e Educação de Adultos, da professora Vanilda de Paiva (1987). Com esse levantamento pude abordar o papel extremamente relevante do professor Paulo Freire, sua pessoa e obra são reverenciados em quase todas as produções que li na construção dessa atividade. Também foi perceptível o quanto que os governos relutaram e ainda resistem em libertar a nação da opressão capitalista, ofertando ao seu povo propostas e perspectivas educacionais como a Educação Popular autonomia para esse processo de abolição.

Poder contemplar de forma panorâmica as ações de inúmeros educadores que se esforçaram para pensar com as camadas populares da sociedade brasileira sua participação e intenção de agir em prol de uma educação de qualidade para todos é o que dá sentido a tudo que aprendi ao longo dos anos no curso de Pedagogia. Pois, desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932 até a prova de Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM –

atualmente, podemos perceber que os processos de elitização ainda são majoritários, diria até autoritários com risco de nova ditadura, e que a escola pública de hoje ainda não responde à altura às necessidades que as massas populares precisam para ascender socialmente, como pessoa humana e como profissional. Contudo, de acordo com o exposto neste trabalho, os movimentos sociais e o movimento Educação Popular tentam dar resposta a esse autoritarismo político que ainda insiste em atender apenas ao mercado nacional e internacional e em tirar vantagem das camadas mais pobres de sua Nação, usando-as em um exercício de exploração o qual é considerado por eles um processo de desenvolvimento. Tornar-me consciente disso faz com que eu tenha o mesmo desejo de resistência, de também querer lutar por uma educação de qualidade para todos e de tentar conscientizar aqueles/as que puder através do ensino ou quem sabe um dia coordenando um projeto de educação popular.

Nessa produção fiz também levantamento de documentos, registros e relatos que construíssem um histórico contundente do Cursinho do DCE. Contudo, houve alguns percalços causados pelo momento que vivemos de pandemia e que perdurou todo esse ano de 2020. Isso dificultou meu acesso à secretaria do Cursinho e a consulta aos seus documentos. Mas, tudo aquilo em que a equipe de coordenação dele pôde ajudar me foi passado e assim pude apresentar nessa atividade o nascituro desse Projeto de Extensão da UFRN, seu contexto sociopolítico em seus primeiros passos e os avanços, altos e baixos, lutas e conquistas dele ao longo de seus 23 anos de existência. Tudo que tive de objetivos quanto a ele já estão apontados um pouco mais acima. Lamento não ter tido mais acesso aos acervos para detalhar e me aprofundar mais na história do Cursinho para assim apresenta-la melhor ainda. Ficou uma lacuna de vários anos e isso me deixa um pouco desapontado. Porém, sei que o que está entregue aos que leram até aqui já entenderam o propósito desse trabalho e isso me conforta. Outra decepção foi entender que o Projeto não é engajado totalmente a Educação Popular, pois eu o vivenciei inteiramente como se fosse.

Mediante essas considerações, posso afirmar que o conhecimento adquirido nessa produção enriqueceu minha graduação, tornando-me um profissional consciente do meu papel no campo da Educação e entender como agir melhor nessa atuação. Questiono-me como seria a realidade das comunidades mais carentes de Natal e das cidades de interior se em cada localidade dessas houvesse um projeto de educação popular que atendesse o acesso as Instituições Federais de ensino médio e superior. Será que teríamos mais universidades ou essas instituições teriam que ampliar seus cursos e estrutura? Haveria nessas localidades de condição socioeconômica vulnerável uma revolução social que transformasse sua realidade

para melhor? Há muito potencial no movimento de Educação Popular. Ter tido esse conhecimento moveu em meu entendimento a certeza de que escrever essa monografia foi a melhor maneira de concluir esse ciclo da minha vida acadêmica.

Pretendo em um futuro próximo, quiçá por meio de um mestrado, me aplicar no conhecimento das Políticas Públicas da Educação Brasileira e fazer com que projetos de cursinhos populares, nas perspectivas da Educação Popular, possam alcançar as comunidades mais carentes de Natal e cidades do interior do estado. Portanto, sou grato por tudo que o Curso de Pedagogia me favoreceu não só em conhecimento, como ser humano também, e a todas as pessoas que de maneira direta ou indireta me ajudaram nessa formação acadêmica que não foi rápida e um tanto penosa, mas muito gratificante!

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, João Maria Valença de. ANDRADE, Willandy Messias. SENA, Erica Danielle Gomes de, NETO, Deyvison Cordeiro de Paula. **Texto síntese da MESA REDONDA Cursinho do DCE**: uma iniciativa de democratização do acesso ao ensino superior. XI SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA. Ago. 2005.

AZEVEDO, Márcio. **Educação Rural no Brasil**: introdução ao Debate. *in*, **Pontos e Contrapontos da Política Educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Líber Livro Editora, Brasília, 2007. 292 p.

CABRAL NETO, Antonio. Notas de aula da disciplina Fundamentos Socioeconômico da Educação, ministrada pelo professor Cabral Neto no 1º semestre de 2013.

CABRAL NETO, Antonio. RODRIGUEZ, Jorge. **Reformas Educacionais na América Latina**: cenários, Preposições e Resultados. *in*, **Pontos e Contrapontos da Política Educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Líber Livro Editora, Brasília, 2007. 292 p.

COORDENAÇÃO, Equipe de. Documento de Projeto de Extensão Para Auxílio de Bolsas. Projeto de Extensão Cursinho do DCE, Natal, 2015.

CURSINHO DO DCE. **Projeto político pedagógico**. Natal, RN : DCE / UFRN/PROEX, 2007.

GOHN, Maria da Gloria. **Retrospectiva Sobre a Educação Popular e os Movimentos Sociais No Brasil**. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 4, n.7, p.10-32, jul./dez. 2017.

GROPPO, Luís Antônio. OLIVEIRA, Ana Rosa Garcia de. OLIVEIRA, Fabiana Mara de. **Cursinho popular por estudantes da universidade**: práticas político-pedagógicas e formação docente. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v. 24, ed. 240031, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____ **Democratização da Escola Pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. cap 1. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAehikAH/libaneo>> Acesso em 15 ABR. 2013.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. Editora Loyola, 5ª ed. São Paulo, 1987.

PEREIRA, Dulcéia de Fátima Ferreira, PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Revisitando a História da Educação Popular no Brasil**: Em Busca De Um Outro Mundo Possível Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, dez.2010.

PEREIRA, Thiago, RAIZER, Ingrassia, MEIRELLES, Leandro Mauro. **A luta pela democratização do acesso ao ensino superior**: o caso dos cursinhos populares. Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 86-96, jan./jun. 2010.

SCHNEEBERGER, Alberto Carlos. **História do Brasil**. Modelo Esquematizado de Pesquisa. Desafio Editorial, Recife, p. 546, 2010.

ZAGO, Nadir. **Cursos pré-vestibulares populares**: limites e perspectivas. Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1, 149-174, jan./jun. 2008.

Acervo Digital

CURSINHO DA POLI. Disponível em <https://cursinhodapoli.com.br/>. Acesso em 09 NOV. 2020.

REDE EMANCIPA. **Rede Emancipa no RN**. Disponível em <https://redeemancipa.org.br/> Acesso em 10 NOV. 2020.

SITE DO INEP: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica> Acesso em 04 JUN. 2020.

SITE DO CURSINHO DO DCE UFRN. <http://www.cursinhododce.com.br/p/sobre.html>. Acesso em AGO 2020.

SITE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em 06 JAN 2020.

UNIVEST. **Breve História da Educação no Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eTYWvbW8XPw>. Acesso em 08 NOV 2020.

VIVIANE MOSÉ. **Cinco Minutos de História da Educação**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n-cidWZOD8A&feature=youtu.be>. Acesso em 12 OUT 2020.